

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza – COMDICA, realizada no dia 02 de outubro do ano de dois mil e vinte, às 9h, com a participação dos seguintes conselheiros: Adriano de Holanda e Erbenice Ribeiro (Associação Nacional Criança Não é de Rua), Bruno de Sousa (Centro de Defesa a Criança e do Adolescente- CEDECA), Sandra Ferreira (Conselho de Integração Social- INTEGRASOL), Aline Magla (Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania - IDESC) Maria de Fátima e Cícera Maria (Federação de Triathlon do Estado do Ceará - FETRIECE), Francisco Marques (Instituto Beatriz e Lauro Fiuza-IBLF), Francisca Evelyne (Instituto Terre Des Hommes – TDH), Lucas Ferreira (Projeto Comunitário Sorriso da Criança), Antônio Flauber e Antônio Lucas (Associação dos Moradores do Parque Universitário), Ana Célia Silvestre (Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI), Eveline de Oliveira (Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social- SDHDS), Lara Picanço (Secretaria Municipal de Educação – SME), Adonisa Aires (Secretaria Municipal de Saúde), Perpétua Amorim (Secretaria Executiva Regional I), Janne Mary (Secretaria Executiva Regional II), Maria Luzia (Secretaria Executiva Regional IV), Maria do Carmo Barros (Secretaria Executiva Regional VI), Ausentes; Secretaria Executiva Regional III, Secretaria Executiva Regional V, Câmara Municipal dos Vereadores, Santo Dias e Visão Mundial. Estavam presentes os técnicos do COMDICA: Crisley Carvalho, Vanessa Ferrer, Lilian Carvalho, Socorro Ramalho, Arthemis e Jéssica Frota. A Presidente Maria de Fátima deu início à reunião e solicitou apresentação de todos os conselheiros e da equipe técnica do Comdica, em seguida solicitou a leitura da ata, que foi lida pela Secretária Executiva. Aberto aos **informes**, a conselheira Sandra falou em nome da Comissão de Fundos e relatou que houve análise por parte da Comissão, a possibilidade de incluir questões inerentes a pandemia na resolução que aprovou a destinação de recursos da fonte do tesouro para 11 projetos, no entanto foi informado que tanto a resolução, quanto o termo de referência foram aprovados pelo colegiado na reunião de março do corrente ano, tendo sido publicada no Diário Oficial do Município, no mesmo mês, não tendo sido encaminhado para a Funci em razão da pandemia, mas já haviam sido remetidos. Feitas estas considerações a Conselheira solicitou que fosse enviado à Funci pedido de informações acerca da possibilidade de ser o Edital, lançado ainda este ano; Na Comissão de Cadastro, foi dado informe pela conselheira Evelyne que relatou que analisaram a resolução que regulamenta os registros das instituições e foi deliberado para o envio ao Fórum de aprendizagem para possíveis considerações; A Comissão dos 30 anos do Eca informou que no curso tiveram muitos inscritos e que está sendo um sucesso. Sobre o GT de enfrentamento a violência sexual foi informado que estão sendo coletados dados para elaboração do Termo de referência, para o lançamento de edital para contratação de



Consultoria; O serviço social do Comdica informou que algumas instituições do Colegiado não renovaram os registros, portanto ressaltou a importância da renovação, ocasião que a conselheira Ana Célia solicitou que o serviço social fizesse levantamento de todas as instituições que estejam nesta situação, a ser apresentado na próxima reunião do Colegiado. O conselheiro Bruno cobra posicionamento sobre o andamento do Edital CPA e a Conselheira Francisca Evelyne da TDH, corroborado com a informação acrescentando que fosse inserido o cronograma com as datas específicas em todos os editais, a fim de facilitar a compreensão de quem tenha interesse de concorrer. Iniciada a **primeira pauta sobre Encaminhamentos da Comissão de acompanhamento dos Conselhos Tutelares**, o conselheiro Alex contextualizou as informações repassadas pelo conselheiro tutelar Tiago Dutra que participou da reunião da Comissão e relatou algumas necessidades dos conselhos tutelares, dentre as quais a preocupação pela não implantação dos conselhos IX e X, ainda esse ano, em razão da pandemia, embora já compradas todas as mobílias e os imóveis alugados. Ana Célia adiantou que entrou em contato com a Funci, a fim de buscar informações sobre os imóveis alugados, tendo informado que apenas um dos imóveis havia iniciado a locação, mas que foi realizado o distrato do contrato. Ocasião que foi sugerido pelo conselheiro Bruno e acatado pelos demais, o pedido de resposta formal da Funci, inclusive com a juntada de documentos comprobatórios, no lapso temporal de 10 dias. Ana Célia lembra a todos que há previsão orçamentária para 2021 para a implantação de mais conselhos. O conselheiro Alex segue relatando problemas estruturais e de insumos para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, no entanto a conselheira Ana Célia informa que o MP realiza inspeções nos Conselhos Tutelares, a cada seis meses e sugere que seja solicitado o relatório de inspeção ao MP, considerando ser o documento mais fidedigno com a real situação. Sobre a **segunda pauta da Resolução sobre a criação do Comitê de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência** foi apresentada a Resolução pela advogada Lilian, sendo aprovada por unanimidade, sendo sugerido que fosse convidado a comissão da infância da OAB e o Provita para manifestação de interesse na participação do referido Comitê. Sobre o **terceiro ponto da pauta: Resolução sobre a retomada dos prazos** foi apresentada pela advogada Lilian tendo sido aprovada por unanimidade. Ocasião que a conselheira Evelyne da TDH solicita que sejam atualizadas as datas no cronograma do edital do concurso cultural, em razão da retomada dos prazos suspensos pela pandemia. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. Eu, Lara Picanço Menezes Mesquita, lavrei a presente ata.